

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 487.807 - SP (2019/0000298-7)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**REQUERENTE : ANGELO ANTONIO SINDONA BELLIZIA**  
**ADVOGADO : ANGELO ANTONIO SINDONA BELLIZIA - SP350603**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EDER FERREIRA DA CUNHA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de reconsideração de decisão de indeferimento de pedido liminar em *habeas corpus*, em favor de **Eder Ferreira da Cunha**, para superar o Enunciado n. 691 do STF e, *em análise posterior de mérito, de forma definitiva, com o fim de que seja revogada a prisão preventiva, com fundamento legal no art. 648 do Código de Processo Penal, expedindo-se alvará de soltura. Subsidiariamente, [...] que seja substituída a prisão preventiva por uma das medidas cautelares pessoais, insertas no art. 319, do aludido códex* (fls. 75/76).

Da análise dos autos, tem-se que o presente *writ*, com pedido liminar, foi impetrado contra decisão do relator que indeferiu o pedido liminar, no *mandamus* originário, impetrado no Tribunal de Justiça de São Paulo, mantendo segregação cautelar (fls. 24/25 – *Habeas Corpus* n. 0001236-26.2019.8.26.0000) – decretada pelo Juízo de Direito da Vara Plantonista da comarca de São Paulo/SP, a partir da prisão em flagrante do paciente, ao fundamento de garantia da ordem pública (fls. 22/23 – Autos n. 1505133-17.2018.8.26.0228) –, pela prática, em tese, dos crimes de estelionato tentado, por três vezes, e de associação criminosa (pela conduta imputada de tentar obter, *por três vezes, vantagens ilícitas, em prejuízo Banco do Brasil e do Banco Santander, induzindo e mantendo os funcionários destes banco em erro, mediante artifício, ardil, e meio fraudulento* – fl. 58).

O impetrante alega constrangimento ilegal consistente na deficiência de fundamentação do decreto preventivo.

Sustenta, em síntese, que *os parcos elementos coligidos até o*

*momento não autorizam medida tão gravosa quanto a decretação/manutenção de prisão preventiva. Essa segregação cautelar carece de elementos processuais e materiais que a autorizem (fls. 9/10).*

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja revogada a prisão preventiva ora hostilizada.

Em 10/1/2019, a Presidência desta Corte indeferiu o pedido liminar (fls. 47/48).

Foram prestadas informações pela Corte paulista (fls. 56/68).

É o relatório.

Busca o pedido de reconsideração, e também a impetração, a revogação da prisão preventiva imposta ao paciente decretada a partir de conversão de prisão em flagrante, pelos delitos, em tese, de estelionato tentado, por três vezes, e de associação criminosa, fundamentada a segregação na garantia da ordem pública, ao argumento de ausência de fundamento idôneo para o acautelamento provisório.

Ao que se tem, o presente *mandamus* foi impetrado contra decisão do relator da Corte local, indeferindo medida liminar, no *habeas corpus* originário.

Com efeito, as Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado no Enunciado n. 691 da Súmula do Pretório Excelso, têm entendimento pacificado no sentido de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar, em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau, salvo a hipótese de inquestionável teratologia ou ilegalidade manifesta.

Confira-se: AgRg no HC n. 288.056/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 26/5/2015; e AgRg no HC n. 306.319/CE, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 19/6/2015.

Conforme se observa dos autos, o Magistrado singular decretou a prisão preventiva do paciente ante a necessidade de garantir a ordem pública, nos seguintes termos (fls. 22/23 – grifo nosso):

[...] **VISTOS**. Trata-se de prisão em flagrante delito de **EDER FERREIRA DA CUNHA e ROBSON FERREIRA DOS SANTOS**, pela prática do delito de tentativa de estelionato e associação criminosa. Flagrante formalmente em ordem, cumpridos os requisitos constitucionais e infraconstitucionais, não se vislumbrando situação ensejadora de relaxamento. De outra banda, a análise dos presentes autos, diante dos dispositivos da Lei nº 12.403/11, inclusive o artigo 282 do Código de Processo Penal - que erige como requisitos a adequação e necessidade da medida cautelar mais gravosa -, de rigor a **conversão da prisão em flagrante em preventiva**. O delito foi praticado sem violência ou grave ameaça contra a pessoa, mas não se pode olvidar que a apreensão de diversos cheques administrativos falsificados na posse dos indiciados em valores que chegam a **seiscentos e noventa milhões de reais**, sugerem, no mínimo, esquema criminoso e inclinação à delinquência, impondo-se a custódia cautelar, em garantia da ordem pública, até melhor esclarecimentos dos fatos. De outra banda, não se vislumbra, neste momento processual, alteração fática que permita a mudança na situação prisional específica, remanescendo o panorama que levou à prisão em flagrante dos indiciados, presos em poder dos títulos. Quanto às medidas cautelares mais brandas, a personalidade dos indiciados - ressalto uma vez mais -, é incompatível com a confiança necessária à efetividade daquelas medidas. De remate, comprovação idônea de ocupação lícita e residência fixa por parte dos indiciados, é fato relevante mas que não se sobrepõe ao direito coletivo à segurança. Revelados os requisitos indispensáveis à custódia cautelar, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, inclusive relativos à materialidade e autoria delitiva. Diante do exposto, **converta a prisão em flagrante em prisão preventiva**. [...]

Assim, se observa que o Juízo de plano não apontou indício concreto de como o réu teria colocado em risco a ordem pública, pois o *Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento segundo o qual, considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição e manutenção quando evidenciado, de forma fundamentada em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. A custódia cautelar somente deve persistir em casos em que não for possível a aplicação*

*de medida cautelar diversa, de que cuida o art. 319 do CPP (HC n. 430.445/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 19/12/2018).*

Além do mais, o crime foi cometido sem violência e não há notícias de que seja o paciente um criminoso contumaz.

Portanto, conclui-se que o decreto preventivo carece de fundamento apto a consubstanciar a prisão cautelar, evidenciando o alegado constrangimento ilegal.

Por sua vez, a fim de preservar a ordem pública, ao paciente deve ser aplicada a medida cautelar de proibição de manter contato com o corréu Robson Ferreira dos Santos e com os indivíduos conhecidos como Jamesson Nogueira Gomes, Sebastião Barbosa e Alisson Medeiros de Melo (fl. 59 – denúncia), em razão das circunstâncias da conduta imputada (art. 319, III, do CPP), facultando, ainda, ao Magistrado natural da causa, mais próximo das partes, dos autos principais e dos fatos, fixar outras medidas cautelares alternativas à prisão do art. 319 do CPP (HC n. 387.152/PR, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 1º/6/2018).

Importante salientar que, com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão cautelar passou a ser, mais ainda, a mais excepcional das medidas, devendo ser aplicada somente quando comprovada a inequívoca necessidade, devendo-se sempre verificar se existem medidas alternativas à prisão adequadas ao caso concreto.

A propósito: HC n. 255.834/MG, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 15/9/2014.

Em razão disso, **defiro** o pedido veiculado na Petição n. 17.378/2019 (fls. 55/68) para **reconsiderar** a decisão hostilizada (fls. 47/48), autorizando o processamento do *mandamus*, e **deferir** o pedido liminar a fim de assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento do mérito do presente *writ*, salvo se por outro motivo estiver preso, aplicando a

medida cautelar de proibição de manter contato com outros envolvidos no delito (art. 319, III, do CPP), facultando-se ao Juiz singular determinar, ou não, o cumprimento de outras medidas cautelares alternativas à prisão desde que fundamentadamente.

Comunique-se com urgência.

Ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

